

# **QUESTÃO TERRITORIAL E MOBILIDADE SOCIAL: A TRAJETÓRIA DOS MORADORES DO BAIRRO SANTA FELICIDADE NA CIDADE DE MARINGÁ – PR.**

**ALTAIR APARECIDO GALVÃO**

Doutorando em Geografia

UEM – Universidade Estadual de Maringá – Brasil

Pesquisador do Observatório das Metrôpoles, núcleo Maringá

E-mail: [aapgalvao@hotmail.com](mailto:aapgalvao@hotmail.com)

## **RESUMO:**

A mobilidade social no Brasil tem sido objeto de estudos de sociólogos, cientistas políticos, economistas e geógrafos, entre outros. E essa mobilidade social está intimamente ligada à questão territorial, pois é regra comum que a mudança de status social, tanto para cima, quanto para baixo, na pirâmide social, implique em locomoção física, podendo ser do campo para a cidade, de uma cidade para outra, ou mesmo de uma unidade residencial para outra, no mesmo município. Com a intenção de contribuir na discussão da questão territorial e da mobilidade social no Brasil, propusemo-nos a analisar a trajetória dos moradores do Conjunto Residencial Santa Felicidade, em Maringá, desde sua saída de áreas irregulares da periferia urbana da cidade, no final dos anos 1970, sua transferência para um bairro distante da zona sul, conhecido na época também como Profilurb, até a atualidade, quando, na ótica da elite local, se transformaram em um problema para o desenvolvimento daquela região. Nesse tempo, através de luta árdua, seus moradores construíram suas casas e consolidaram seus vínculos de vizinhança e amizade em condições adversas. Este artigo se propõe a analisar a trajetória dessas famílias – uma espécie de “calvário” -, desde a saída de áreas irregulares na então periferia urbana da cidade, em meados dos anos 1970, sua transferência para um distante bairro da zona sul da cidade, o Núcleo Habitacional Santa Felicidade, também conhecido no início por Profilurb, até a atualidade, quando, na visão da elite local, se transformaram em um problema para o

desenvolvimento da região, ou seja, estão atrapalhando os interesses mercantis imobiliários dessa elite, que pretende abarcar esse espaço com o objetivo de satisfazer seus interesses capitalistas.

Utilizamos como técnica para a construção deste trabalho o levantamento histórico/bibliográfico e fontes constituídas por pesquisas realizadas pelo Observatório das Metrôpoles – Núcleo de Maringá .

**PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade social; questão territorial; desenvolvimento.**

# **QUESTÃO TERRITORIAL E MOBILIDADE SOCIAL: A TRAJETÓRIA DOS MORADORES DO BAIRRO SANTA FELICIDADE NA CIDADE DE MARINGÁ – PR.**

**ALTAIR APARECIDO GALVÃO**

Doutorando em Geografia

UEM – Universidade Estadual de Maringá – Brasil

Pesquisador do Observatório das Metrôpoles, núcleo Maringá

E-mail: [aapgalvao@hotmail.com](mailto:aapgalvao@hotmail.com)

## **1. INTRODUÇÃO**

A mobilidade social no Brasil tem sido objeto de estudos de sociólogos, cientistas políticos, economistas e geógrafos, entre outros. E essa mobilidade social está intimamente ligada à questão territorial, pois é regra comum que a mudança de status social, tanto para cima, quanto para baixo, na pirâmide social, implique em locomoção física, podendo ser do campo para a cidade, de uma cidade para outra, ou mesmo de uma unidade residencial para outra, no mesmo município. Com a intenção de contribuir na discussão da questão territorial e da mobilidade social no Brasil, propusemo-nos a analisar a trajetória dos moradores do Conjunto Residencial Santa Felicidade, em Maringá, desde sua saída de áreas irregulares da periferia urbana da cidade, no final dos anos 1970, sua transferência para um bairro distante da zona sul, conhecido na época também como Profilurb, até a atualidade, quando, na ótica da elite local, se transformaram em um problema para o desenvolvimento daquela região, ou seja, estão atrapalhando os interesses mercantis imobiliários dessa elite, que pretende abarcar esse espaço com o objetivo de satisfazer seus interesses capitalistas.

Durante a implementação dos recursos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – em Maringá, voltou aos noticiários o perene drama dos moradores do Conjunto Residencial Santa Felicidade. Esses cidadãos são remanescentes da reurbanização promovida pelo poder público local na segunda metade da década de 1970, removidos que foram de 14 favelas que existiam na periferia urbana da cidade, para casas construídas pelo

município, em bairro periférico da zona sul, denominado à época de Profilurb – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados -, através do qual foram edificadas as 30 primeiras casas que a população removida ocupou e se implantou a infra-estrutura do bairro. No entanto, conforme Caniato (1986), após 10 anos dessa transferência, as 30 famílias inicialmente assentadas, não receberam do poder público o diploma legal de propriedade definitiva dos imóveis, nem tampouco lhes foram oferecidos os diferentes serviços e benfeitorias urbanas a que todos os cidadãos de outros bairros da cidade recebem normalmente. Atualmente, com mais de 33 anos de existência, o Conjunto Residencial Santa Felicidade está situado em região considerada nobre, cercado por mansões, condomínios de luxo e um Centro Universitário, o que o transforma em uma espécie de “cancro”, na visão dos promotores imobiliários e dos atuais ocupantes do poder público municipal. Nesse tempo, através de luta árdua, seus moradores construíram suas casas e consolidaram seus vínculos de vizinhança e amizade em condições adversas.

O projeto de reurbanização do Conjunto Residencial Santa Felicidade está sendo implementado com recursos do PAC através do Programa de Requalificação Social ZEIS Santa Felicidade e será financiado pelo Ministério das Cidades, num custo de 25 milhões de reais, sendo que 5 milhões se referem à contrapartida do governo do estado e do município. O projeto prevê a transferência de 129 famílias para outros lugares, o que corresponde a liberação de 82 terrenos – atualmente o bairro tem 294 residências e 333 famílias. O objetivo é ampliar o tamanho dos terrenos, que hoje têm 250m<sup>2</sup> e serão modificados para áreas que variam entre 300 a 350 m<sup>2</sup>.

## **2. DE FAVELADO A PROPRIETÁRIO: O SONHO DA CIDADANIA**

Maringá, com uma população de 357.117 habitantes<sup>1</sup>, localizada na região norte central do Estado do Paraná, a 428 Km de Curitiba (figura 1), é constantemente associada a uma imagem que a coloca entre as melhores cidades do país, quanto à qualidade de vida. Em meados da década de 1990 foi denominada de “Dallas Brasileira”, graças à propagada potencialidade

---

<sup>1</sup> Censo populacional 2010. Fonte: IBGE.

econômica de seus moradores e na atualidade está sendo chamada de “Amsterdã”, em consequência da baixa taxa de homicídios<sup>2</sup>. Sendo projetada<sup>3</sup> com amplas avenidas e espaços verdes, com bosques e parques, além de muitas praças, com comércio intenso e agroindústria dinâmica, a cidade, desde seu início carregou a vocação para ser o pólo regional (MENDES & GRZEGORCZYK, 2003, P.90). Outro motivo de orgulho para os maringenses é o fato de a cidade não possuir favelas ou áreas de ocupação irregular.

Mas essa aparente harmonia urbana nem sempre foi observada em Maringá. Até meados da década de 1970, apesar de ter constituído a paisagem da cidade, pois:

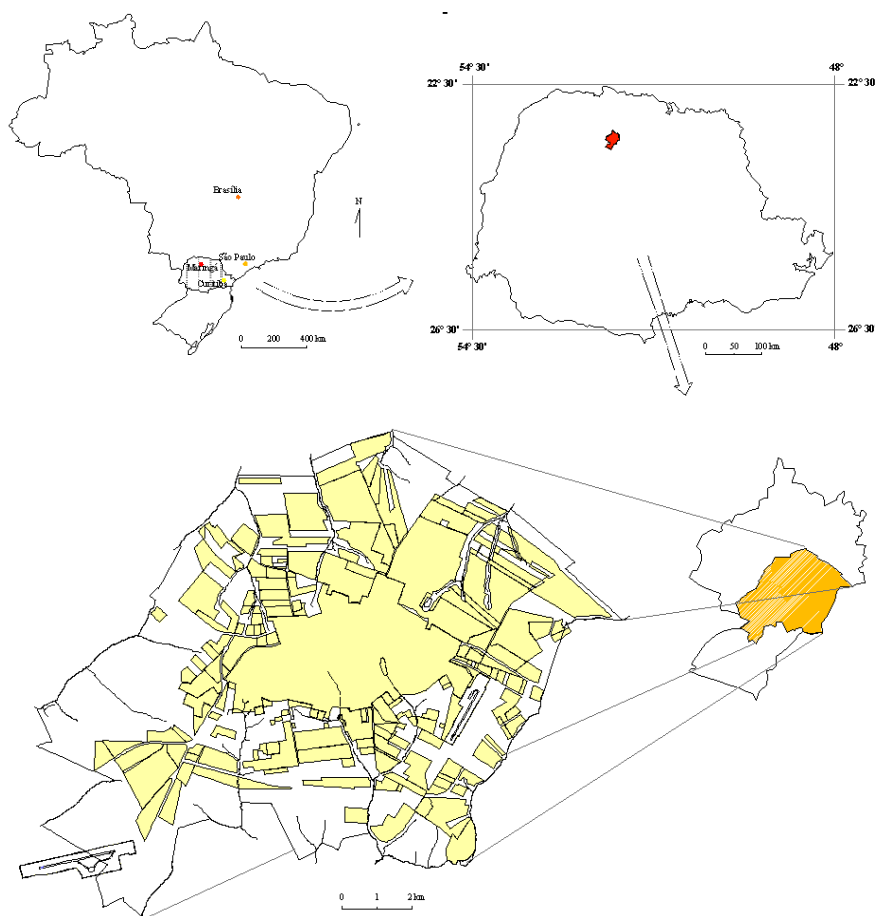
[...] a favela foi subtraída, compondo um processo de segregação residencial balizada por uma hierarquização social, que determinou um espaço de moradia aos pobres, não circunscrito aos espaços onde as favelas se localizavam, próximos às áreas centrais. (RODRIGUES, 2004, p.233)

---

<sup>2</sup> A comparação com Amsterdã, capital da Holanda, tem como causa a matéria publicada na Revista Veja de 23 de julho de 2008, que trata de pesquisa realizada em 5.564 municípios brasileiros. Esta pesquisa selecionou 40 cidades que possuem indicadores sociais de países ricos. Dentre esses municípios, segundo a pesquisa, Maringá é a que tem o menor índice de homicídios (7,9 para cada 100.000 habitantes/ano).

<sup>3</sup> Maringá foi projetada por Jorge Macedo Vieira (1894-1978), paulista, Engenheiro Civil formado pela Escola Politécnica de São Paulo (1917), que já constava em seu currículo projetos como o do Jardim Paulista, da cidade de São Paulo e de Águas de São Pedro, no interior do Estado de São Paulo, foi contratado pela CMNP para desenvolver o projeto de Maringá. Vale destacar que Vieira nunca veio à Maringá.

**Figura 1:** Localização da cidade de Maringá – PR – Brasil



**Fonte:** PARANÁ, 2004; Prefeitura Municipal de Maringá, 2000.  
Adaptação: Altair Aparecido Galvão, 2006.

Em 11 de dezembro de 1975, o município de Maringá cria a lei 11/75, que visa difundir sua política de assistência social no campo da cooperação habitacional e institui o Programa Social de Desfavelamento Municipal, cuja finalidade era de “proporcionar à Família Maringaense, cujos rendimentos auferidos estejam abaixo dos valores mínimos estabelecidos pelo programa habitacional do BNH, através de seus órgãos cooperadores e promotores, a oportunidade de virem possuir casa própria” (CANIATO, 1986, P.15). A meta principal desse programa foi criar o Núcleo Habitacional Santa Felicidade, financiado pelo BNH – Banco Nacional de Habitação / PROFILURB – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados -, situado na Gleba Pingüim, cujo plano global consistia em implantar nesse local: iluminação pública, rede de água pluvial e esgoto sanitário, água potável, praça pública urbanizada, ponto de ônibus coberto, ruas asfaltadas, centro social etc. Para

tanto, o município delegou competência para que a Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá, criada pela Lei Municipal nº 1122/76, de 04/05/1976, fosse o agente promotor do Programa Social de Desfavelamento Municipal.

Além de proporcionar moradia decente à população mais pobre da cidade, o objetivo do poder municipal era acabar com a paisagem degradante que os barracos ocasionavam ao ideário de “cidade verde”, “cidade canção”, “cidade modelo” e etc. que Maringá já ostentava na época. Para tanto, a Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá promoveu o levantamento dos favelados e das pessoas que residiam em condições precárias, conseguindo cadastrar 585 famílias.

Iniciou, também, o fechamento da maior favela da cidade, que chegou a ter mais de 300 (trezentos) ranchos – Favela do Cemitério - providenciando a numeração dos barracos e, através da vigilância de guardas municipais, passou a impedir a construção de novos barracos, assim como consertos que o favelado precisasse fazer no rancho para ele poder continuar morando (CANIATO, 1986, P.16).

Era prefeito de Maringá nesse período o Sr. Silvio de Magalhães Barros (MDB), que, após fazer a urbanização dos 280 lotes, iniciou a construção das casas-embrião e fez questão de inaugurar as 30 primeiras unidades construídas, mas não acabadas, no término de sua gestão. Assim, no dia 28/01/1977, esses mutuários assinaram os contratos de cessão das casas, sendo que as chaves lhes foram entregues em 29/01/1977, dia de inauguração oficial do Bairro Santa Felicidade – Profilurb.

O novo prefeito empossado em 01/02/1977, o Sr. João Paulino Vieira Filho (ARENA), abandonou o projeto Profilurb, mas em função das reclamações dos proprietários dos imóveis onde se encontrava a Favela do Cemitério, promoveu a expulsão dos favelados e a derrubada dos barracos, colocando as pessoas com seus parques pertences em caminhões e deixando-as pelas estradas e municípios vizinhos (CANIATO, 1986, p.17).

Além daqueles ex-favelados que conseguiram colocação em Santa Felicidade, alguns foram removidos “para Sarandi (em barracões improvisados, dos quais até hoje ainda há 134 barracos remanescentes, no chamado

“Mutirão”), para a Vila Guadiana, em Mandaguaçu, dentre outros lugares” (RODRIGUES, 2008, p.7)

Devido à cobrança da imprensa, de prefeitos de cidades vizinhas e de alguns maringauenses, o prefeito João Paulino se viu obrigado a criar uma comissão especial com a finalidade de solucionar o problema dos moradores da favela do cemitério, indenizando alguns, cadastrando outros, com o objetivo de qualificá-los no projeto Profilurb. Poucos desses favelados conseguiram chegar ao “sonho” de morar em Santa Felicidade, ou seja, ser uma das 246 famílias a habitar o novo bairro. As unidades desse novo bairro, apesar de serem construídas dentro de uma concepção humilde, foram bastante utilizadas como moeda de troca no processo eleitoral, contemplando cabos eleitorais e amigos de políticos que queriam retribuir algum favor, assim como ocorre costumeiramente em situações similares a esta, num processo de clientelismo explícito.

Quando Caniato completou sua pesquisa no ano de 1986, os moradores do Bairro Santa Felicidade ainda não tinham em mãos os contratos definitivos de compra das casas, e nem mesmo os contratos de comodato que assinaram com a Prefeitura. Assim, esses moradores passaram esse período de tempo na insegurança de serem ou não expulsos do local. Essa situação de insegurança, no entanto, serviu para que eles se organizassem e criassem sua associação de bairro, que possibilitou a unidade de luta contra o poder local para serem respeitados em sua cidadania.

Após mais de 31 anos de sua inauguração, o Núcleo Habitacional Santa Felicidade se apresentava como um bairro consolidado, abrigando a terceira geração daqueles primeiros moradores, pois no trabalho de campo que realizamos nos meses de fevereiro e março de 2008, pudemos encontrar alguns daqueles pioneiros que se mudaram para o local em 1977, com seus filhos – alguns destes nascidos no Santa Felicidade –, e netos - estes sim, todos nascidos ali.

### **3. MOBILIDADE SOCIAL E A QUESTÃO TERRITORIAL**

A mobilidade social no Brasil tem sido objeto de estudos de sociólogos, cientistas políticos, economistas e geógrafos (PASTORE [1979],



ROCHA [1998, 1999,], SCALON [1999], entre outros). E essa mobilidade social está intimamente ligada à questão territorial, pois é regra comum que a mudança de status social, tanto para cima, quanto para baixo, na pirâmide social, implique em locomoção física, podendo ser do campo para a cidade, de uma cidade para outra, ou mesmo de uma unidade residencial para outra, no mesmo município. O Brasil foi, há aproximadamente cinco décadas atrás, o país da miséria rural, onde a distância social não era medida pelo nível de renda, mas pelo modo de vida que se observava entre os moradores de um bairro de uma cidade qualquer e os da colônia de empregados de um sítio ou fazenda. Nesse espaço rural vivia a maior parte da população. Hoje, essa fatia pobre da população mudou-se para as cidades e uma boa parte dela enfrenta um cotidiano de dificuldades diferentes das que enfrentavam na zona rural, devido à falta de qualificação profissional e, principalmente, pela falta de um lugar decente para morar. A reconstituição histórica das diferentes formas de habitar tem sido objeto de estudo dos pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas. Para a camada da população mais abastada, sobram possibilidades, pois o mercado imobiliário, sempre atento às tendências temporais, oferece desde apartamentos funcionais para aqueles que têm poder aquisitivo imediato ou acesso a financiamentos bancários, e também para os que podem pagar verdadeiras fortunas por imensos duplex em edifícios luxuosos, localizados nas vias mais importantes, ou mansões em bairros nobres, ou ainda residências cinematográficas em Condomínios Horizontais Fechados de bairros periféricos da cidade. “O sonho de consumo das classes mais abastadas é morar em espaços propícios à sua proteção. Assim, os que podem, encastelam-se em seus mundos, para o resto da população, resta a cidade real, em seu estado bruto” (GALVÃO, 2007, P.62). Essa cidade em “estado bruto” é representada por residências localizadas em bairros distantes do centro das cidades, quase sempre sem equipamentos urbanos adequados (asfalto, escolas, creches, centros de saúde, transporte coletivo, áreas de recreação, esgoto sanitário, etc.), ou mesmo por áreas de ocupações irregulares, invadidas e deterioradas, constituídas por ranchos e barracos, mais comumente conhecidas como favelas. Sobre este tema, observemos as palavras do geógrafo Roberto Lobato Corrêa:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes moderadores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou proveniente de áreas submetidas às operações de renovação, que lutam por direito à cidade (CORRÊA, 2004, P.30).

Zaluar e Alvito, que pesquisaram as favelas do Rio de Janeiro, explicam que:

A favela ficou também registrada oficialmente como a área de habitação irregularmente construída, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, o “outro”, distinto do morador civilizado da primeira metrópole que o Brasil teve. (ZALUAR E ALVITO, 1998, p.7-8)

Um aspecto peculiar às favelas e aos bairros periféricos em geral é o de um eterno canteiro de obras. Esta característica é causada pela falta de recursos dos moradores, que quase nunca conseguem terminar a construção de suas unidades residenciais que, graças a seu formato evolutivo, tem a possibilidade de transformação, ou mesmo substituição por similar em material de maior durabilidade ou de qualidade superior. É comum mutirões em fins de semana ou feriados, quando um grupo de amigos e vizinhos se reúne para “concretar uma laje” ou erguer paredes da casa de um morador que, como agradecimento, providencia um churrasco ou outro tipo de agrado aos participantes. Outra particularidade dessas modalidades habitacionais é a heterogeneidade, pois refletem a diversidade de renda de seus moradores, apresentando, assim, tamanhos, materiais e acabamentos diversificados.

É notório que as cidades brasileiras expressam de forma bastante clara o perverso modelo de desigualdade social do país. Mesmo tendo melhorado nas duas últimas décadas - de acordo com o relatório da ONU, o

Brasil atingiu em 2007 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>4</sup> de 0,800, em uma escala de 0 a 1 (países com índice inferior a 0,800 são considerados de "médio desenvolvimento humano", categoria na qual o Brasil figurava desde 1990, quando o PNUD começou a divulgar o ranking) -, o país tem uma das piores distribuições de renda do planeta. O município de Maringá não foge a esta regra, mas graças aos discursos da imprensa local e de políticos – especialmente em época de eleições -, acaba por criar uma espécie de “redoma” protetora, ou, conforme as palavras de Tonella e Rodrigues, uma “cerca invisível”:

Além dos dados objetivos que marcam as diferenças, a cultura política reafirma o espaço local, criando uma cerca invisível entre os municípios da região metropolitana, especialmente em relação aos contíguos. Em época eleitoral, esse discurso aparece com toda energia, reforçado pela imprensa e por candidatos a cargos legislativos. A cerca invisível se materializa na visão da população da sede regional ao considerar que todos os pedintes, as crianças e os malabaristas nos semáforos, sejam moradores das cidades vizinhas. (TONELLA E RODRIGUES, 2003, p.10)

Nesta perspectiva, convencionou-se no imaginário da população maringaense a ideia de que os pobres que circulam pela cidade são dos municípios contíguos. E esses pobres - na visão da imprensa, das autoridades e da população locais -, incomodam, pois chegam à procura de atendimento médico nos hospitais públicos e, especialmente, de alguma ocupação que lhes dê algum rendimento, o que não conseguem em sua cidade de origem. Esses migrantes, por não possuírem qualificação profissional, não conseguem um emprego formal e acabam entrando na marginalidade, cuidando de carros, pedindo esmolas, furtando, prostituindo-se etc. Em contrapartida, na mesma proporção, chegam à Maringá, oriundos dessas mesmas cidades vizinhas, os representantes das classes média e alta, com o objetivo de consumir nos estabelecimentos comerciais, freqüentar escolas, ou usufruir da rede de clínicas e hospitais particulares especializados. Esta última situação é vista

---

<sup>4</sup> IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, é parte integrante do Relatório de Desenvolvimento Humano produzido pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, abrange 177 países, tendo esse índice a finalidade de ser um indicador de qualidade de vida das populações. Foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub Haq, esse relatório é emitido desde 1993.

como fator positivo, pois capta recursos financeiros, fortalecendo o comércio local e ajudando a reafirmar a condição de Maringá como cidade pólo regional.

Assim, podemos observar que a complexidade das condições de mobilidade evidencia que o estudo e a definição de migrações, unicamente como deslocamento no espaço, não conseguem explicar esse fenômeno. A mobilidade física, condicionada por uma mobilidade forçada pela lógica do modo de produção capitalista, estabelece demandas criadas pelo próprio sistema, onde os distanciamentos sociais são partes constitutivas das relações socioespaciais.

#### **4. MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL SANTA FELICIDADE: DE ONDE VIERAM? PARA ONDE VÃO?**

No caso específico do nosso objeto de estudo, os moradores do Conjunto Residencial Santa Felicidade, notamos que existe por parte do Estado capitalista, representado pelo poder público municipal, uma política segregacionista que, em última análise, tem representado um desenvolvimento à custa de deslocamentos forçados. Os fatores que determinam esses deslocamentos advêm dos mais diversos ramos das ciências humanas. Assim, temos..."a mobilidade da força de trabalho na economia, a mobilidade social na sociologia, a mobilidade geográfica na geografia, além de outros tantos usos, como mobilidade forçada, mobilidade induzida, mobilidade física" (ROCHA, 1999, p.153), e essas diversas ordens de mobilidade em diferentes ramos da ciência humana podem ocasionar redundâncias conceituais. Nesse contexto,

[...] a problemática da mobilidade se coloca hoje como preocupação emergente para as investigações sociais. Os deslocamentos humanos são determinados por uma série de fatores, econômicos, étnicos, raciais, afetivos, ideológicos; enfim, os motivos que fazem as pessoas se deslocarem são complexos e, conseqüentemente, devem ser investigados a partir de um constructo teórico compatível com tal complexidade (ROCHA, 1999, p.153).

Em Maringá, esses deslocamentos aconteceram, em um primeiro momento, quando os moradores foram transferidos dos barracos das 14 favelas para o Conjunto Residencial Santa Felicidade, na época localizado em

uma região isolada do perímetro urbano da cidade, sem os equipamentos básicos; na atualidade, acontecem quando um projeto de reurbanização, financiado pelo Ministério das Cidades, prevê a transferência de 129 famílias para outros lugares<sup>5</sup>, pois são vistos como um problema para o progresso da região, por ser a única camada pobre dentro de um contexto que comporta vários condomínios de luxo, um centro universitário particular e residências de médio e grande porte.

Um dos instrumentos usados pelo poder público para a remoção dos moradores do Conjunto Habitacional Santa Felicidade, foi a criação das ZEIS, distribuídas nas mais diversas regiões da cidade. Esse ato aconteceu no dia 8 de dezembro de 2005, quando foi aprovada a Lei Complementar nº 565, a partir da mensagem do Poder Executivo. O artigo 1 dessa Lei Complementar diz que as ZEIS são destinadas “a implantação de empreendimentos habitacionais de iniciativa exclusiva do Município de Maringá, com recursos próprios ou provenientes de termos de cooperação firmados com outros órgãos públicos financiadores, **visando atender à população de baixa renda**”. (grifo nosso)

Porém, a Lei nº 7629, de 1º de agosto de 2007, que institui o Programa de Parceria com a Iniciativa Privada para a Implementação de Loteamentos de Interesse Social, em seu 2º parágrafo do artigo 5º, afirma que “A implantação das ZEIS fica limitada à abrangência de no máximo 10% da quantidade de imóveis do Município”. Alguns autores consideram que esta é uma prática de segregação para com os mais pobres e é corriqueira em Maringá desde a sua fundação. Para Rodrigues (2008), essa limitação de no máximo 10% de ZEIS no município contradiz o Plano Diretor, pois:

Isso contradiz aquilo que está garantido no PD como política de democratização do espaço urbano, pois, desta forma, há um limite para as áreas destinadas a empreendimentos de interesse social dentro do município. Ou seja, reitera-se a antiga tradição maringaense de não agregar população de baixa renda em seu território. (RODRIGUES, 2008, P. 12)

---

<sup>5</sup> Esses lugares são pequenas ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) criadas especialmente para fazer uma espécie de “pulverização” dessas 129 famílias, espalhando-os por várias partes da cidade.

As reflexões contidas neste artigo foram baseadas em pesquisa de campo realizada pelo Observatório das Metrôpoles – RMM. Assim, pretendemos, a partir da análise dos dados dessa pesquisa, contribuir na discussão sobre a mobilidade social e a questão territorial para “[...] ousar desafiar o que há por trás da famosa liberdade de ir e vir, instaurada como conquista fundamental e um dos mitos da sociedade burguesa” (VAINER, 1996, p.05).

Diferentemente de resultados obtidos por Caniato (1986), a nossa pesquisa, que aconteceu em fevereiro de 2008, quando o Conjunto Residencial Santa Felicidade completava 31 anos, nos mostrou que apenas 14,68 % dos moradores atuais sempre moraram no local, ou seja, representam aquele grupo inicial, advindos das favelas. O restante dos entrevistados são oriundos de praticamente todas as AEDs<sup>6</sup> da cidade e uns poucos (8,71%) de cidades da região e especificamente de Sarandi e Paiçandu, como nos mostra a tabela 1.

**Tabela 1** – Local (bairro ou cidade) onde o respondente à pesquisa no conjunto

habitacional Santa Felicidade residia anteriormente.

AED	Descrição	Pessoas	%
6	Zona 01, 02, 03 e 04	39	17,89
	Sempre morou no bairro	32	14,68
4	Zona 08 - Vila Santo Antônio	24	11,01
10	Cidade Alta - Condomínios Verticais	19	8,72
11	Liberdade - Aeroporto	18	8,26
7	Av. Mandacaru - V. Santa Isabel	15	6,88
	Outras Cidades do Paraná	12	5,50
2	Jardim Alvorada	11	5,05
9	Conj. Requião - Jd. Oásis	8	3,67
	Zona Rural de Maringá	6	2,75
	Outros Estados	6	2,75
19	Sarandi - Linha do Trem	5	2,29
3	Zona 07 - UEM	4	1,83
5	Zona 05 - 06	4	1,83
12	Jd. Imperial - Pq. Das Grevíleas	4	1,83
1	Vila Morangueira	3	1,38
8	Contorno Norte	2	0,92
	Outros Bairros de Maringá	2	0,92
14	Olímpico	1	0,46
15	Paiçandu	1	0,46
16	Sarandi - Centro e Jd Verão	1	0,46
	Não Respondeu	1	0,46
	<b>Total</b>	<b>218</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Observatório da Metrôpoles – RMM (fevereiro de 2008).

Estes números, conseguidos através de nossa pesquisa, nos apresenta uma população vinda de várias partes da cidade de Maringá e região e é diferente do verificado no trabalho de Caniato (1986), pelo fato de que durante os 31 anos que consolidaram o Conjunto Residencial Santa Felicidade, várias

<sup>6</sup> AEDS: Áreas de Expansão Demográfica.

etapas de construções aconteceram e resultaram na ocupação de todos os 246 lotes. Também aconteceu de alguns poucos transferirem seus direitos a outros, que residem até hoje no local.

## **5. CONCLUSÃO**

A mobilidade social no Brasil tem sido objeto de estudo das mais diversas áreas das Ciências Humanas, em especial da Geografia, pois o tema está diretamente ligado à mobilidade espacial da população brasileira. A todos que se propõem a discutir o conceito de migração e território é necessário indagar se realmente existe uma questão migratória no Brasil e de que maneira ela se apresenta. Martins (1998) contesta os métodos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), quando este considera migrante aquele indivíduo que nasce em um município e reside em outro. Para esse autor é um equívoco pensar a migração pura e simplesmente como um problema, pois praticamente a metade da população é migrante. Com efeito, quando um indivíduo ou mesmo uma família inteira migra de um local (município, estado ou país) para outro, em condições de igualdade ou de melhoria, não pode ser considerado um problema. Na maioria desses casos, há um acréscimo na qualidade de vida desses indivíduos. O problema da migração fica visível quando acontece a mobilidade forçada, especificamente na região em foco (Norte Central do Paraná) com o êxodo rural, onde

[...] a combinação temporal dos dois pressupostos básicos para a formação do trabalho assalariado, ou seja, a dissolução das relações com os instrumentos de trabalho, ocorrida de forma desigual, não necessariamente simultânea, comporta variações intermediárias nas diversas etapas e estágios históricos e produz espaços diferenciados (ROCHA, 1999, p.157).

Quando falamos em fluxos, pontos de partida e de chegada, retorno, tempo de duração, desejos e determinações históricas das famílias impactadas, necessário se faz observar as ações e situações que reproduzem relações sociais de superações, emancipações e fracassos. As contradições da mobilidade e imobilidade nos mostram histórias comuns que se expressam, não somente nas palavras dos envolvidos, mas também nas lágrimas e nos

sofrimentos daqueles a quem não é concedido o direito do livre expressar da opinião.

As perguntas que ainda não conseguimos responder no final deste trabalho são: como é possível governar uma cidade como Maringá, quando tantos interesses diversificados se apresentam? E como contemplar a promoção social e a igualdade de cidadania em uma cidade que foi erigida sobre a égide da cultura da classe média, do consumismo e da política conservadora que atende, prioritariamente, aos interesses dos agentes imobiliários? A resposta é certo dar-se-á pelo coletivo, pelos explorados e marginalizados que estarão sempre lutando buscando espaços de resistência. A dialética das relações sociais no capitalismo constrói as saídas e as possibilidades.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANIATO, Ângela Maria Pires. **A luta pela moradia de ex-favelados como parte essencial do processo de formação da consciência social.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo: 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática, 2004.

GALVÃO, Altair Aparecido. **Condomínios Horizontais Fechados: segregadores ou segregados? Um estudo de caso no município de Maringá – Pr.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá – Pr, 2007.

MENDES, César Miranda & GRZEGORCZYK, Vanderlei. *Centro, centralidades e verticalização em Maringá.* In: MORO, Dalton Áureo (org). **Maringá espaço e tempo: ensaio de geografia urbana.** Maringá: UEM, pp. 89-126, 2003.

PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil.** São Paulo: Edusp. 1979.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades humanas: um olhar para o norte central paranaense.** Tese de Doutorado (Geografia). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.

ROCHA, Márcio Mendes. **Mobilidade forçada – a economia política dos deslocamentos humanos.** Acta Scientiarum, Maringá, Pr. V.21, nº 1, 1999.



RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá.** Tese (doutorado em Ciências Sociais) – PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **Uma análise da apropriação de instrumentos do estatuto da cidade pelo mercado imobiliário:** projeto PAC ZEIS Santa Felicidade – Maringá – Pr. CD – III Seminário Nacional do Observatório das Metrôpoles, p. 11-23, 2008.

SCALON, Maria Celi. **Mobilidade social no Brasil:** padrões e tendências. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1999.

TONELLA, Celene & RODRIGUES, Ana Lúcia. **Metrópole regional no contexto da dinâmica paranaense.** XXVII Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu – MG, 2003.

VAINER, Carlos B. A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas. In: Travessia: **Revista do Migrante.** São Paulo, nº 25, p.05-09, Mai-Ago, 1996.

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. **Um século de favela.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.